b) Ter permanentemente em exposição todas as publicações que interessem aos seus objectivos, como gravuras, fotografias, álbuns, monografias, produtos artísticos e o mais que possa incitar ao desejo de visitar Portugal;

c) Promover, sempre de acôrdo com as estações officiais portuguesas, pelos diversos meios de publicidade, o reclamo de Portugal como país digno de ser visitado;

d) Elucidar os turistas sôbre as formalidades aduaneiras a que têm de submeter-se na fronteira e procurar obter-lhes as facilidades compatíveis com os regulamentos, solicitando do Govêrno as que as circunstâncias aconselharem;

e) Estabelecer com as instituições congêneres de França relações donde possam resultar vantagens, criando para isso as sucursais na provincia que forem necessárias.

Art. 5.º O pessoal do Centro de Propaganda e de Turismo, embora a cargo da Sociedade de Propaganda de Portugal, será sempre escolhido de acôrdo com a Repartição de Turismo do Ministério do Comércio.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Govêrno da República, 12 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES** — *José Relvas* — *Francisco Manuel Couceiro da Costa* — *António de Paiva Gomes* — *António Maria de Freitas Soares* — *Tito Augusto de Moraes* — *Júlio do Patrocínio Martins* — *José Carlos da Maia* — *Domingos Leite Pereira* — *Augusto Dias da Silva* — *Jorge de Vasconcelos Nunes*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Civil

3.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 5:264

Não tendo o regimento do Tribunal Privativo das Chinas de Macau, aprovado por decreto com força de lei

n.º 3:637, de 29 de Novembro de 1917, estabelecido no seu artigo 3.º o prazo da comissão do exercício do cargo de juiz do mesmo tribunal; e

Convindo designar o tempo da aludida comissão, do forma a garantir ao desempenho desse cargo não só a sequência necessária como as precisas condições de idoneidade para o seu exercício;

Usando da faculdade concedida ao Govêrno pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O cargo de juiz do Tribunal Privativo das Chinas de Macau, a que se refere o decreto com força de lei n.º 3:637, de 29 de Novembro de 1917, será exercido em comissão de três anos, prorrogável pelo Governador por períodos successivos de um ano.

Art. 2.º Durante o prazo da respectiva comissão, o juiz do mesmo tribunal poderá ser exonerado se o seu serviço não convier à provincia de Macau.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 10 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES** — *José Carlos da Maia*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral de Previdência Social

Repartição de Companhias e Sociedades de Seguros

Portaria n.º 1:702

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, de conformidade com a consulta favorável do Conselho de Seguros, aprovar os estatutos reformados da Companhia de Seguros Continental, com sede em Lisboa, conforme foi resolvido pela assemblea geral extraordinária de 24 de Outubro de 1918, o autorizar a mesma Companhia a reduzi-los a escritura pública de harmonia com os documentos que apresentou e que ficam arquivados na Repartição de Companhias e Sociedades de Seguros, devendo entregar na referida Repartição a pública forma respectiva.

Paços do Govêrno da República, 15 de Março de 1919.—O Ministro do Trabalho, *Augusto Dias da Silva*.